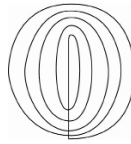


PRESSUPOSIÇÃO

EDIÇÃO DE 2013 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2013 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Pressuposição
Copyright © 2013 do autor
Manuel García-Carpintero

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0066>

Todos os direitos reservados

Pressuposição

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0066>

A nossa competência semântica sanciona a validade de inferências tal como a seguinte, quer para (1) quer para (2):

- (1) O João infectou o PC.
- (2) Foi o João quem infectou o PC.
- ∴ Alguém infectou o PC.

Contudo, existe uma diferença entre as construções sintácticas em (1) e (2); contrariamente à forma menos acentuada de expressar o que percebemos como o mesmo conteúdo em (1), a construção clivada em (2) também válida (pelo menos em contextos predefinidos) a mesma inferência quando colocada em diferentes encaixes, tais como negações — (3), condicionais — (4), modais — (5), e ainda outros; por isso diz-se que as pressuposições são “projectadas”, i. e., herdadas pelas construções nas quais se encaixam:

- (3) Não foi o João quem infectou o PC.
- (4) Se foi o João quem infectou o PC, o Mac também está infectado.
- (5) Pode ter sido o João que infectou o PC.
- ∴ Alguém infectou o PC.

Outras construções pressuposicionais exibem este comportamento; considere-se o caso das descrições definidas:

- (6) A banca de jornais da estação de Sants vende o *The Guardian*.
- (7) A banca de jornais da estação de Sants não vende o *The Guardian*.
- (8) Se a banca de jornais da estação de Sants vende o *The Guardian*, iremos lá comprá-lo. A banca de jornais da estação de Sants pode vender o *The Guardian*.
- ∴ Existe exactamente uma banca de jornais na estação de Sants.

Publicado pela primeira vez em 2013

Traduzido por Pedro Dinis e Ricardo Miguel

Este comportamento de projecção convida à caracterização tradicional das pressuposições como condições para a verdade e falsidade das frases/proposições que as incluem. Mas, tal como a discussão nas últimas décadas tem revelado, esta não pode ser uma caracterização inicial correcta (mesmo que, em última análise, algo nesse sentido possa ser defendido numa base teórica mais complexa). Em primeiro lugar, Strawson referiu casos que Yablo (2006) designou de “fracasso de pressuposição não-catastrófico”. Por exemplo, se existem de facto duas bancas de jornais na estação de Sants, e ambas vendem o *The Guardian*, muita gente considera que (6) é, todavia, verdadeira; por outro lado, se não existe na estação qualquer banca de jornais, muita gente considera que (10) é falsa, e não apenas nem verdadeira nem falsa:

- (9) Aguardei por ti duas horas junto à banca de jornais da estação de Sants.

Em segundo lugar, em alguns casos as pressuposições não são projectadas; portanto, elas não estão presentes “globalmente” mas, de certo modo, continuam presentes “localmente”. Nestes casos elas não podem ser condições para a verdade e falsidade da afirmação no seu todo e, deste modo, o teste intuitivo que estamos a considerar não dá conta da sua não obstante presença “local”:

- (10) Se alguém infectou o PC, foi o João quem o fez.
 (11) Alguém infectou o PC, e foi o João quem o fez.

Finalmente, as implicaturas convencionais, que intuitivamente diferem das pressuposições, partilham o seu comportamento de projecção com as pressuposições nos encaixes que considerámos; seguindo Potts (2007), uso orações-qu não-restritivas como exemplos ilustrativos:

- (12) O João, que infectou o PC, ensina em Oxford.
 (13) Não é o caso que João, que infectou o PC, ensine em Oxford.
 (14) Se o João, que infectou o PC, ensina em Oxford, vai assistir à conferência.

- (15) Pode ser o caso que João, que infectou o PC, ensine em Oxford.
 ∴ O João infectou o PC.

Geurts (1999: 6-8) usa o comportamento de projecção ilustrado por (3)-(5) e (11)-(12) como um teste intuitivo para caracterizar as pressuposições; ainda que ele reconheça que o teste seja invalidável, penso que o facto das implicaturas convencionais também passarem o teste revela que nem sequer é uma boa caracterização intuitiva, para além da sua invalidabilidade. Von Fintel (2004: 271) propõe um teste alternativo *hey, aguarde um minuto* para distinguir pressuposição e asserção, o qual, ainda que esteja igualmente longe de ser perfeito, se revela melhor. Considere-se os seguintes diálogos, com ‘#’ sendo a indicação de uma infelicidade ou incorrecção conversacional:

- (16) Não foi o João quem infectou o PC.
 (17) # Hey, aguarde um minuto, não fazia ideia que o João não infectou o PC.
 (18) Hey, aguarde um minuto, não fazia ideia que alguém infectou o PC.
 (19) Não é o caso que João, que infectou o PC, ensine em Oxford.
 (20) # Hey, aguarde um minuto, não fazia ideia que o João não ensina em Oxford.
 (21) # Hey, aguarde um minuto, não fazia ideia que o João infectou o PC.

Intuitivamente, é por isto que o teste de von Fintel fornece uma melhor caracterização inicial das pressuposições. Contrariamente aos conteúdos asseridos e às implicaturas convencionais, as pressuposições são apresentadas como informação já na posse dos participantes conversacionais. O conteúdo asserido é apresentado como informação nova para a audiência, e o mesmo se aplica aos conteúdos convencionalmente implicados, ainda que os últimos estejam de algum modo em segundo plano relativamente à asserção principal. É por isso que atacar o conteúdo convencionalmente implicado ou asserido com a objecção “hey, aguarde um minuto” não parece correcto, ao passo que objectar desse modo ao conteúdo pressuposto o parece.

Por outras palavras, as pressuposições são apresentadas como parte da “base comum”, enquanto os conteúdos convencionalmente implicados e asseridos são apresentados como nova informação.

O teste de von Fintel, quer seja ou não seja aceitável em última instância, é um instrumento útil, ainda que um tanto obtuso, para isolar o fenómeno da pressuposição. Isso revela que o cepticismo expresso por escritores como Böer & Lycan (1976) e Levinson (1983) — que argumentam a favor de uma forma de eliminativismo acerca das pressuposições, a ser descrita a seguir, em parte com base no carácter alegadamente mistifório do fenómeno — é *prima facie* irrazoável. As intuições reveladas pelo teste “Hey, aguarde um minuto” são suficientemente fortes, e estão fortemente relacionadas com construções gramaticais como aquelas que usamos para exemplificação, tal como pode ser estabelecido considerando-se variações delas, ou outras na lista dada por Levinson (1983: 181-5). A força das intuições sugere, pelo menos *prima facie*, que pressupor é um tipo suficientemente “natural”, passível de uma caracterização precisa. Uma definição filosoficamente adequada, se for boa, deve aprofundar a explicação intuitiva anterior para o porquê da caracterização de von Fintel ter êxito onde as outras previamente consideradas fracassaram.

Numa série de artigos, Stalnaker (1973, 1974, 2002) apresentou uma explicação influente do fenómeno da pressuposição. A explicação tem sido ligeiramente modificada ao longo do tempo; iremos aqui apresentar apenas os aspectos centrais — Simons (2003) fornece uma discussão útil e favorável dos detalhes desenvolvidos. A proposta de Stalnaker está dentro do espírito da explicação de Grice de fenómenos como a implicatura conversacional, em particular, e o significado, em geral: pretende explicar esses fenómenos como uma forma específica de comportamento racional envolvendo intenções comunicativas, evitando noções sociais irredutíveis tais como convenções ou normas (socialmente construídas).

Stalnaker baseia a sua análise na noção de *pressuposição do falante*, a qual ele depois usa relutantemente (por razões a serem indicadas agora) para fornecer uma noção de *pressuposição de uma frase*. A *pressuposição do falante* é explicada em termos das crenças comuns acerca do que é *aceite* pelos interlocutores conversacionais; e a *crença comum* segue o padrão das propostas de Schiffer e de Lewis acerca de tal crença e do *conhecimento comum*: *p* é uma crença comum num dado

grupo G apenas no caso em que (quase) toda a gente em G acredita p , acredita que (quase) toda a gente em G acredita p , e por aí em diante. A *aceitação* é, por seu lado, definida por Stalnaker (2002: 716) como uma categoria de estados mentais “que inclui a crença, mas também algumas atitudes (presunção, suposição, aceitação para o propósito da discussão ou investigação) que contrastam com a crença e entre si. Aceitar uma proposição é encará-la como verdadeira por alguma razão.” A necessidade de apelar à *aceitação* na definição resulta de muitos casos nos quais, intuitivamente e em concordância com a nossa caracterização inicial acima, p é pressuposta ainda que geralmente não seja acreditada. Assim, considere-se o exemplo de Donnellan: o conspirador secreto pergunta aos criados do usurpador, “Está o Rei no seu escritório?” Aqui, o falante não acredita que o referente pretendido seja rei, nem, talvez, que exista um rei, e por isso não acredita que estas proposições sejam geralmente acreditadas no contexto, mas, não obstante, é pressuposto que o referente é rei e que existe exactamente um rei. (Esta caracterização do que é pressuposto neste caso, envolvendo um uso referencial da descrição, vai no sentido das pressuposições de “identificação” de García-Carpintero (2000) para casos de referência). Todavia, a aceitação não pode ser invocada ao longo de todo o processo; a explicação é dada em termos da crença comum acerca do que é geralmente aceite, uma vez que só a categoria mais específica de crença possui as ligações explicativas com o comportamento exigidas.

Esta é, então, a explicação final. Primeiramente definimos que uma proposição p está na *base comum de um grupo G* — $BCG(p)$ — e depois definimos *pressuposição do falante*:

(BCG) $BCG(p)$ se e somente se é uma crença comum em G que toda a gente aceita p .

(PFa) O falante S pressupõe p (relativamente a G) se e somente se S acredita que $BCG(p)$.

Stalnaker (1973: 451; 1974: 50) define então a noção de pressuposição de uma frase nos seguintes termos:

(PFr) A frase S pressupõe p se e somente se o uso de S for, por alguma razão, desadequado a não ser que o falante pressuponha p .

Stalnaker (1978) complementa esta análise das pressuposições com uma igualmente meritória análise influente de *asserção*, na qual uma asserção é uma proposta para actualizar a base comum, a qual, se aceite, lhe é “acrescentada” (i. e., torna-se então crença comum que todo o participante a aceita); e ele combinou as duas análises para sugerir explicações intuitivamente plausíveis de alguns aspectos do comportamento de projecção que apresentámos na secção anterior. Isto (juntamente com o trabalho independente relacionado de Lauri Karttunen) foi a origem da nova importante tradição da Semântica Dinâmica (SD), desenvolvida por exemplo em Heim (1983), Beaver (2001) ou von Stechow (2004). Esta tradição tem os recursos para fornecer a explicação filosófica antes exigida. Ao contrário da explicação tradicional das pressuposições como condições da verdade e falsidade de afirmações, a SD consegue explicar o comportamento de projecção selectivo que vimos ser característico das pressuposições, e consegue distingui-las das implicaturas convencionais, dando igualmente conta da adequação do teste de von Stechow; por último, mas não menos importante, quando desenvolvida apropriadamente dispõe também dos recursos para explicar o fenómeno do fracasso de pressuposição não-catastrófico (cf. von Stechow, 2004).

Geurts (1999: 17), contudo, está correcto ao assinalar as diferenças conceptuais importantes entre a tradição da SD e a perspectiva de Stalnaker. Rejeitando os objectivos redutores griceanos de Stalnaker, nesta tradição as pressuposições são encaradas como sendo, relativamente ao seu comportamento de activação e projecção, uma característica constitutiva da semântica das expressões da linguagem natural. Geurts (1999: 14) afasta-se pessoalmente da SD devido à deslealdade desta para com a postura verdadeiramente pragmática de Stalnaker, e, tal como Stalnaker, socorre-se de uma noção de pressuposição-expressão, definida em termos normativos na base da noção pragmática de pressuposição do falante. Ao contrário de Stalnaker, contudo, Geurts também apela a noções normativas inexplicadas ao caracterizar *pressuposição do falante*: “um falante que pressupõe algo incorre num compromisso... independentemente de acreditar de facto no que pressupõe” (*ibid.*, 11).

Qual é exactamente a diferença entre a perspectiva “pragmática” de Stalnaker e a perspectiva “semântica” fornecida pela SD? Tal como observa Stalnaker (1974: 61), existem duas formas contrastantes de

compreender a divisão semântica/pragmática. Na explicação *verocondicional*, a semântica lida com as condições de verdade das frases e a contribuição verocondicional das expressões. É neste sentido que se diz que as pressuposições, entendidas como condições para a verdade e falsidade de frases, são um fenómeno semântico. Um elemento importante da defesa inicial de Stalnaker de uma explicação pragmática é, como ele observa, opor uma tal concepção “semântica”; por razões mencionadas anteriormente (o fracasso não-catastrófico, o comportamento de projecção), esta oposição foi bem aceite. Todavia, a forma verocondicional de traçar a divisão semântica/pragmática não é teoricamente útil, porque retira da alçada da semântica factos que deveriam ser estudados juntamente com aqueles que ali mantém (cf. García-Carpintero (2001, 2004, 2006)): entre outros, a dependência do contexto semanticamente orientada, a semântica para indicadores convencionais de actos de fala tais como o modo interrogativo e imperativo, e, além disso, talvez alguns factos pressuposicionais.

Numa diferente compreensão *constitutiva* da divisão, os linguistas de um modo geral procuram caracterizar teoricamente os factos constitutivos acerca das linguagens naturais (numa forma indirecta de dizer isto, a competência linguista dos falantes), e a semântica é aquela parte que lida com os factos do significado constitutivos das linguagens naturais. É esta a concepção da divisão que Grice (1975) tinha em mente quando procurou dar conta do comportamento aparentemente assimétrico, não-verocondicional, da conjunção ou dos usos referenciais das descrições como implicaturas conversacionais generalizadas, i. e., como características “pragmáticas”. Embora aqui os seus pontos de vista sejam complexos (cf. Bezuidenhout (2010)), esta parece ser igualmente a perspectiva pessoal de Grice (1981) sobre os fenómenos pressuposicionais aqui discutidos. Depois de observar as duas diferentes interpretações da divisão, Stalnaker (1974: 61) salienta que está sobretudo a argumentar a favor de uma explicação pragmática das pressuposições *apenas na primeira compreensão*, mas observa igualmente que os seus argumentos têm repercussões sobre a outra: embora esteja aberto à possibilidade de que em alguns casos “se pode ter de escrever restrições pressuposicionais na entrada do dicionário para uma palavra em particular” (*ibid.*), ele conjectura “que se podem explicar muitas restrições pressuposicionais em termos de regras conversacionais gerais sem incorporar coisa alguma

sobre pressuposições nos significados de construções ou palavras particulares” (*ibid.*).

De facto, como vimos acima, embora Stalnaker tenha (*relutantemente*, como foi dito) introduzido a noção de pressuposição de uma frase (PFR) nos seus escritos iniciais, e continue a assumi-la em trabalho recente, ele expressa repetidamente dúvidas acerca dela, devido ao apelo inexplicado à noção normativa de inadequabilidade e porque sugere a existência de uma “relação misteriosa X” entre frases e proposições digna de análise, embora “não necessitemos da relação misteriosa X para descrever os fenómenos e ela não faça qualquer contribuição para os explicar” (2002: 712-3). Encontramos afirmações neste sentido já nos seus escritos iniciais: “os factos podem ser apresentados e explicados directamente em termos da noção subjacente de pressuposição do falante e sem introduzir uma noção intermediária de pressuposição como uma relação que obtém entre frases (ou afirmações) e proposições” (1974: 50). Podemos dizer que as explicações griceanas dos usos referenciais das descrições (tal como aquele em Kripke (1977)) como implicaturas conversacionais generalizadas, ou as manifestas assimetrias não-verocondicionais em conjunções, não são simplesmente *reduccionistas*, mas, de facto, *eliminativistas* face às explicações semânticas daqueles fenómenos, na segunda compreensão da divisão: embora seja reconhecido que as descrições definidas e as conjunções são de facto usadas geralmente daquelas maneiras, é sustentado que uma teoria semântica não deve envolvê-las. É este o modo como é entendido o rótulo ‘perspectiva eliminativista (griceana)’ do fenómeno aqui estudado, a pressuposição; aplica-se a escritores como Böer & Lycan (1976), Levinson (1983) e, tal como indicado, Grice (1981). A proposta não é a de rejeitar o fenómeno por completo, mas apenas a necessidade de uma explicação *semântica* para ele. As pressuposições existem, mas podem ser explicadas sem as incluirmos na nossa caracterização teórica constitutiva das linguagens naturais. A perspectiva de Stalnaker sobre as pressuposições, em contraste com a perspectiva da SD é, em última análise, eliminativista neste sentido. Esta postura esteve presente desde o início, mas a ênfase é maior em trabalho mais recente:

Pode-se definir a noção de pressuposição de uma frase em termos da pressuposição do falante, mas [...] a tentativa para o fazer seria uma distração e não forneceria qualquer noção teoricamente útil (2010: 150).

Em trabalho recente, Philippe Schlenker (2008, 2009) apresentou várias novas propostas teóricas, que anuncia como alternativas stalnakerianas à SD: quer no que se refere à questão da Projecção quer à da Activação, Schlenker defende que as suas propostas são pragmáticas, não semânticas. Contudo, Schlenker não é claro se tem em mente a perspectiva verocondicional ou a perspectiva constitutiva sobre a divisão semântica/pragmática, mas parece ter a primeira em mente. A sua proposta dos “Contextos Locais” (Schlenker, 2009) — que oferece soluções interessantes para problemas bem conhecidos das teorias da SD com frases quantificadas ou disjuntivas — assume uma semântica bivalente não-dinâmica para as conectivas e quantificadores e, portanto, conta como “não-semântica” na perspectiva verocondicional. Todavia, exactamente como na SD, a explicação assume abertamente que as pressuposições são determinadas “localmente” de uma forma composicional, i. e., em relação a expressões que são partes próprias da frase no seu todo. Provavelmente é por isso que Stalnaker (2010: 149-151) se distancia das propostas de Schlenker.

Embora pareça óbvio que Stalnaker está correcto que a pressuposição seja um fenómeno pragmático, não semântico, no sentido verocondicional, relacionado em última instância com as atitudes proposicionais dos falantes, existem algumas boas razões para preferir a explicação semântica da SD (no sentido constitutivo) à sua postura eliminativista griceana e, logo, para rejeitar que pressupor seja um fenómeno pragmático também na explicação constitutiva. García-Carpintero (2013) refere, a este respeito, o caso das *pressuposições informativas*.

Tal como Stalnaker (1973: 449; 1974: 51-2) observou nos seus escritos iniciais, é habitual os falantes comunicarem uma informação proferindo uma frase que a pressupõe. Estes são exemplos da vida real de Abbott (2008):

- (23) Os líderes do movimento militante homofilo na América têm sido geralmente pessoas novas. Foram eles que ripostaram durante uma violenta incursão policial num bar de Greenwich Village em 1969, um incidente a partir do qual muitos gays marcam a data do nascimento da cruzada moderna pelos direitos dos homossexuais.

- (24) Se vais para o quarto, importas-te de me trazer de volta o saco grande de batatas fritas que deixei na cama?

Os falantes que proferem as frases (23) e (24) tipicamente não assumem as suas pressuposições — que algumas pessoas ripostaram durante uma violenta incursão policial num bar de Greenwich Village em 1969, e que apenas existe um grande saco de batatas fritas que o falante deixou na cama, respectivamente — estão na base comum. Proferirem frases com aquelas pressuposições é apenas um recurso expedito para informarem as suas audiências de tais conteúdos, mais a asserção, entrelaçados numa embalagem compacta. Que os conteúdos são, não obstante, pressupostos é revelado pelo teste “Hey, aguarde um minuto!” — mesmo que uma objecção “Hey, aguarde um minuto!”, ainda que literalmente adequada, nestes casos possa parecer pedante, presunçosa, ou senão mesmo pouco cooperante — tal como parece fracassar em reconhecer uma manifesta implicatura.

Os exemplos acima ajudam-nos a apreciar a trivialidade do fenómeno, mas é melhor ter um caso mais simples para discussão (Stalnaker (1974: 52, n. 2) atribui o seguinte exemplo a Jerry Sadock). Assumimos que o falante profere (25) com base no facto de que a audiência nada sabe acerca da sua família:

- (25) Não posso vir à reunião — tenho de ir buscar a minha irmã ao aeroporto.

O teste “Hey, aguarde um minuto!” revela novamente a presença da pressuposição de que o falante tem uma irmã (além de outras pressuposições, tal como a de que existe um proeminente aeroporto, e por aí em diante, mas iremos apenas focar-nos nesta), ainda que, tal como anteriormente, justamente na medida em que os falantes estão autorizados a assumir que a pressuposição será *acomodada* sem mais delongas por audiências comuns, parecesse estranho se alguém objectasse a isso com a solicitação “Hey, aguarde um minuto...”. (Pareceria muito melhor se o falante tivesse feito a elocução com ‘o meu amor’ em vez de ‘a minha irmã’.) Estes são casos nos quais os falantes exploram o que Lewis (1979) designou de “Regra da Acomodação para as Pressuposições”, a qual ele caracteriza assim:

(RA) Se algo dito no tempo t requer a pressuposição p para ser aceitável, e se p não é pressuposto imediatamente antes de t , então — *ceteris paribus* e dentro de certos limites — a pressuposição p passa a ter existência em t .

Os casos nos quais a solicitação “Hey, aguarde um minuto ...” é efetivamente feita, e que a variante ‘meu amor’ ilustra, explicam a necessidade da restrição: nem sempre o ouvinte está preparado para a acolher. Ora, o problema inicial que os casos de pressuposição informativa colocam para a explicação de Stalnaker é como se segue: (i) como ele (1973: 449; 1974: 51-2) reconhece, existe uma pressuposição; contudo, (à primeira vista, pelo menos) (ii) o falante não a pressupõe, na caracterização de Stalnaker, porque não acredita que a sua audiência a aceite; ainda que (iii) o facto de casos como estes serem lugares comuns sugira que nada existe de inadequado no seu uso, e certamente nada neles *parece* inadequado.

Embora tenha desde sempre estado ciente da questão, apenas em trabalho recente é que Stalnaker (2002: 708-9) a confrontou de forma inequívoca, argumentando que de facto estes casos não estão em desacordo com a sua explicação, porque (ii) é correcta *apenas à primeira vista*: quando é considerado o momento apropriado no qual a pressuposição está para ser aceite, sucede que o falante *está* a pressupor o conteúdo relevante. Embora escritores simpatizantes da explicação pragmática de Stalnaker, tais como Simons (2003: 267-8) e Schlenker (manuscrito não publicado), apoiem a sugestão de Stalnaker para dar conta das pressuposições informativas num quadro eliminativista, von Stechow (2008), García-Carpintero (2013), Gauker (2008: 185) e Simons (s.d.) manifestaram cepticismo relativamente a tal sugestão.

Manuel García-Carpintero
LOGOS-Departament de Lògica, Història i Filosofia de la Ciència
Universitat de Barcelona
m.garciacarpintero@ub.edu

Referências

- Abbott, B. 2008. Presuppositions and Common Ground. *Linguistics and Philosophy* 21: 523-538.
Beaver, D. 2001. *Presupposition and Assertion in Dynamic Semantics*. Stanford: CSLI.

- Bezuidenhout, Anne. 2010. Grice on Presupposition. In *Meaning and Analysis: New Analyses on Grice*. Editado por K. Petrus. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Boër, S.E. e Lycan, W. 1976. *The Myth of Semantic Presupposition*. Bloomington, Indiana: Indiana Linguistics Club.
- Chierchia, G. e McConnell-Ginet, S. 1990. *Meaning and Grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- von Fintel, K. 2004. Would You Believe It? The King of France is Back! (Presuppositions and Truth-Value Intuitions). In *Descriptions and Beyond*. Editado por M. Reimer e A. Bezuidenhout. Oxford: Oxford University Press, pp. 269-296.
- von Fintel, K. 2008. What Is Presupposition Accommodation, Again? *Philosophical Perspectives* 22: 137-170.
- García-Carpintero, M. 2000. A Presuppositional Account of Reference-Fixing. *Journal of Philosophy* XCVII (3): 109-147.
- García-Carpintero, M. 2001. Gricean Rational Reconstructions and the Semantics/Pragmatics Distinction. *Synthese* 128: 93-131.
- García-Carpintero, M. 2004. Assertion and the Semantics of Force-Markers. In *The Semantics/Pragmatics Distinction*. Editado por C. Bianchi. CSLI Lecture Notes. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 133-166.
- García-Carpintero, M. 2006. Recanati on the Semantics/Pragmatics Distinction. *Crítica* 38: 35-68.
- García-Carpintero, M. 2013. Insinuating Information and Accommodating Presupposition. In *Brevity*. Editado por L. Goldstein. Oxford: Oxford University Press.
- Gauker, Christopher. 2008. Against Accommodation. *Philosophical perspectives* 22: 171-205.
- Geurts, B. 1999. *Presuppositions and Pronouns*. Amsterdam: Elsevier.
- Grice, H. P. 1975. Logic and Conversation. In *Syntax and Semantics*, vol. 3. Editado por P. Cole and J. Morgan. New York: Academic Press. Também in Grice, H.P. *Studies in The Ways of Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, pp. 22-40.
- Grice, H. P. 1981. Presupposition and Conversational Implicature. In *Radical Pragmatics*. Editado por P. Cole. New York: Academic Press. Também in Grice, H.P. *Studies in The Ways of Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, pp. 269-282.
- Heim, I. 1983. On the projection problem for presuppositions. *Proceedings of the West Coast Conference on Linguistics* 2: 114-126.
- Karttunen, L. 1974. Presuppositions and Linguistic Contexts. *Theoretical Linguistics* 1: 181-194. Também in *Pragmatics*. Editado por S. Davis. Oxford: Oxford University Press, pp. 406-416, o qual refiro.
- Kripke, Saul. 1977. Speaker's Reference and Semantic Reference. In *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. Editado por P. French, T. Uehling e H. Wettstein. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 255-276.
- Levinson, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, D. 1979. Scorekeeping in a Language Game. *Journal of Philosophical Logic* (8): 339-59. Também in D. Lewis. 1983. *Philosophical Papers, vol. 1*, Oxford: Oxford University Press, pp. 233-249, o qual refiro.
- Potts, C. 2007. Conventional Implicature: A Distinguished Class of Meanings. In *Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Editado por G. Ramchand e Ch. Reiss. Oxford: Oxford University Press, pp. 475-501.
- Schlenker, P. 2008. *Be Articulate*: A pragmatic theory of presupposition projection. *Theoretical Linguistics* 34: 157-212.
- Schlenker, P. 2009. Local Contexts. *Semantics & Pragmatics* 2: 1-78.

- Schlenker, P. 2010. Local Contexts and Local Meanings. *Philosophical Studies* 151: 115-142.
- Schlenker, P. Maio 2011. *Maximize Presupposition* and Gricean Reasoning. Manuscrito não publicado, em <https://files.nyu.edu/pds4/public/>, acessado a 2 de Agosto de 2011. Entretanto foi publicado como Schlenker, P. 2012. Maximize Presupposition and Gricean Reasoning. *Natural Language Semantics* 20, 4: 391-429.
- Simons, M. 2001. On the conversational basis of some presuppositions. In *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory* 11. Editado por R. Hasting, B. Jackson and Z. Zvolensky. Ithaca, NY: CLC Publications, Cornell University, pp. 431-448.
- Simons, M. 2003. Presupposition and Accommodation: Understanding the Stalnakerian Picture. *Philosophical Studies* 112: 251-278.
- Simons, M. (s.d.). Presupposition without Common Ground. Manuscrito não publicado, em <http://www.hss.cmu.edu/philosophy/faculty-simons.php>, acessado a 6 de Agosto de 2010.
- Stalnaker, R. 1973. Presuppositions. *Journal of Philosophical Logic* 2: 447-457.
- Stalnaker, R. 1974. Pragmatic Presuppositions. In *Semantics and Philosophy*. Editado por M.K. Munitz e P.K. Unger. New York: New York University Press. Também in R. Stalnaker. *Context and Content*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 47-62, o qual refiro.
- Stalnaker, R. 1978. Assertion. In *Syntax and Semantics* 9. Editado por P. Cole. New York: Academic Press, pp. 315-332. Também in R. Stalnaker. *Context and Content*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 78-95, o qual refiro.
- Stalnaker, R. 2002. Common Ground. *Linguistics and Philosophy* 25: 701-721.
- Stalnaker, R. 2010. Responses to Stanley and Schlenker. *Philosophical Studies* 151: 143-157.
- Yablo, S. 2006. Non-catastrophic presupposition failure. In *Content and Modality: Themes from the Philosophy of Robert Stalnaker*. Editado por J. Thomson e Á. Byrne. Oxford: Clarendon Press, pp. 164-190.